

Agora Ulysses tenta recuperar tempo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Ulysses Guimarães está preocupado em acelerar ao máximo o trabalho das comissões da Constituinte, para que a promulgação da nova Constituição, prevista para o dia 15 de novembro, não tenha que ser adiada. Ele reúne-se amanhã com os presidentes e relatores das comissões, para pedir "empenho total" no sentido de evitar qualquer atraso ou dilatação dos prazos previstos no regimento interno.

"Estou preocupado sim e vou atuar no sentido de ganhar tempo,

sem prejudicar, contudo, a qualidade dos trabalhos" — explicou Ulysses Guimarães, que já pensa em convocar reuniões das subcomissões aos sábados e domingos, para compensar os dias perdidos na instalação das comissões e eleição de seus presidentes e relatores. Na Semana Santa, quando o Congresso, tradicionalmente, entra em "recesso branco" na quinta e na sexta-feira, os constituintes vão trabalhar até quinta-feira, se prevalecer a sugestão apresentada ontem a Ulysses Guimarães pelo 1º secretário da Mesa, deputado Marcelo Cordelero (PMDB/BA).

O presidente da Constituinte disse ontem que vai solicitar aos relatores de comissões menos polêmicas e que utilizem o menor prazo possível na elaboração de seus pareceres, para que os trabalhos da Comissão de Sistematização possam ser acelerados. Ele lembrou que vários temas a serem examinados já constituem direito "líquido e certo" na Constituição em vigor e terão apenas de ser transportados para o novo texto. Ele previu maiores polêmicas nos debates sobre direitos trabalhistas, problemas fundiários, sistemas de governo, ecologia e outros temas que

deverão ser incluídos na futura Constituição.

Ulysses Guimarães encontrou, casualmente, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, nos corredores da Câmara. Cochichou alguma coisa no seu ouvido e Covas deu uma sonora gargalhada dizendo:

"O sr. está muito mulherengo, presidente". Depois explicou que Ulysses Guimarães pediu a inclusão de mais uma mulher na Comissão de Sistematização, para atender pedido das mulheres constituintes.

Na disputa de Covas e o Planalto deu empate

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto bem que tentou, mas não conseguiu assegurar o controle absoluto da subcomissão do Poder Executivo, que vai definir o mandato presidencial, através da indicação de parlamentares da sua confiança para os cargos de presidente e de relator. A vitória do Palácio foi parcial, pois foi eleito presidente da subcomissão o sobrinho do presidente José Sarney, o deputado maranhense Alécio Filho, mas o cargo de relator ficou com o senador José Fogaça, ambos do PMDB. O líder governista Carlos Sant'Anna queria entregar o cargo ao deputado moderado Expedito Machado, do Ceará.

O impasse durou vários dias, mas o líder peemedebista na Constituinte, Mário Covas, emprenhou-se pessoalmente pela indicação de José Fogaça para ser relator. Somente no

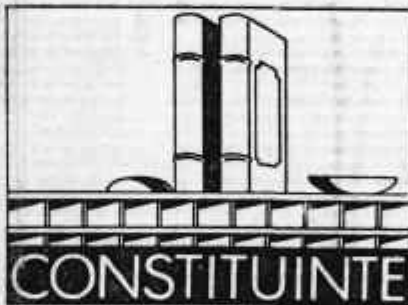
final da tarde de ontem é que o senador paulista conseguiu a retirada da candidatura do deputado Expedito Machado. O assunto foi resolvido no próprio gabinete de Mário Covas, quando já havia a possibilidade até da eleição de outro presidente que não o sobrinho do presidente Sarney. Na iminência de perder os dois cargos, o grupo governista recuou.

Mas essa não foi a única subcomissão a apresentar problemas em sua composição. A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária também só foi formada no final do dia, porque os seus integrantes da ala moderada, liderados pelo deputado Roberto Cardoso Alves, não aceitaram a indicação do deputado Oswaldo Lima Filho para ser relator, sob a alegação de ser ele um radical. Cardoso Alves lançou a candidatura alternativa do ex-ministro Alysson Paulinelli, apoiado pela UDR, que foi afinal derrotado por um voto. A presidência ficou com o

senador Edison Lobão, ligado ao presidente José Sarney e que já foi da Arena, do PDS e agora se encontra no PFL.

O deputado Oswaldo Lima é proprietário rural em Pernambuco, onde possui uma fazenda de 121 hectares na Zona da Mata. Ele acha engraçada a acusação que lhe fazem de radicalismo e diz que gostaria de ser proprietário de muito mais terra. A subcomissão que vai cuidar da reforma agrária é integrada por vários proprietários rurais, entre eles o próprio deputado Roberto Cardoso Alves e o senador Saldanha Derzi, um dos maiores latifundiários do País.

No final do dia, a composição das subcomissões mostrou que os acordos firmados para as escolhas da sua presidência e dos seus relatores foi cumprido. O PMDB ficou com 12 relatores, contra cinco do PFL, dois do PDS e um, respectivamente, para o PDT, o PDC, PT e o PTB.



Delfim preside Subcomissão de Economia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB elegeu, ontem, o ex-superministro da Velha República, Delfim Netto, presidente da mais importante subcomissão da área econômica da Constituinte. Cumprindo o acordo interpartidário, Delfim indicou para o cargo mais importante da subcomissão, o de relator, o ex-cassado Virgildásio de Senna, do PMDB baiano. Para a 1ª vice-presidência da "subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da prioridade do subsolo e da atividade econômica" foi eleito Afif Domingos (PL-SP) e, para a 2ª vice-presidência Roberto Jefferson (PTB-RJ).

A indicação do relator pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, foi mais uma vez contestada também nesta Comissão, por um grupo de cinco membros e um suplente do próprio partido que articulou sem sucesso a indicação para a relatoria do deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), que recebeu apoio do senador Roberto Campos (PDS-MT). Guerreiro, único geólogo na Constituinte e que se diz o primeiro profissional da área a ser eleito deputado federal, tem defendido regimes diferentes de exploração do subsolo, com interesses nacionalistas e preservacionistas, enquanto de Senna tem discurso alinhado mais à esquerda.

O presidente da subcomissão que ditará os princípios gerais da economia e representará a proposta de regulamentação da intervenção do Estado, eleito com 16 dos 21 votos, tomou posse e encerrou rapidamente a sessão, após troca de acusações entre membros do PMDB. Em seguida, deu sua receita ideal para o intervencionismo estatal: "O Estado, quanto menor, melhor". Questionado pelo fato de que, quando ocupou os Ministérios do Planejamento, Fazenda e Agricultura de governos passados ampliou a intervenção do Estado, Delfim retrucou: "Cometi meus erros", ressaltando, no entanto, que o tamanho do Estado não pode ser relacionado absolutamente com sua eficiência, aproveitando para criticar a política do presidente José Sarney.



Delfim, presidente

Emendas serão arquivadas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As emendas constitucionais em tramitação no Congresso ou aguardando leitura serão arquivadas e de seu teor será dado conhecimento às comissões da Constituinte para que tenham o tratamento que estas entenderem conveniente. É isto o que determina o projeto de autoria do presidente do Senado, Humberto Lucena, a ser apresentado hoje à Assembleia Nacional Constituinte.

Pelo projeto — que altera o funcionamento do Congresso durante a elaboração da nova Constituição — na sessão em que se der a leitura de mensagem presidencial submetendo

ao Congresso projeto de lei, decreto-lei ou razões de veto, o presidente designará relator para a matéria, dispensando a constituição de comissão mista.

Ontem, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) fez novo apelo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que ele colabore com o senador Humberto Lucena, presidente do Congresso Nacional, para que possam ser apreciados os decretos-leis presidenciais.

"A Nação inteira, disse o deputado, está ansiosa para ver o Congresso Nacional se pronunciar sobre o empréstimo compulsório e outras matérias importantes que constam de decretos-leis."

Liberal pede eleições em 90

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Eleições gerais e simultâneas em 15 de novembro de 1990, de presidente a vereador, foi a proposta apresentada ontem à Assembleia Nacional Constituinte pelo deputado Edme Tavares (PFL-PB). O mandato de Sarney teria a duração de seis anos, pois ele tomou posse no cargo em 15 de março de 1985. Seu sucessor cumpriria mandato de quatro anos.

Pela proposta, os prefeitos e vereadores que serão eleitos em 15 de novembro de 1988 cumprirão mandato-tampão de apenas dois anos. Os senadores eleitos em 15 de novembro de 1986 teriam resguardados os man-

dados de oito anos — até 31 de janeiro de 1995.

Já o senador Roberto Campos (PDS-MT) afirmou, ontem, que a persistir e aumentar a atual crise econômica, "torna-se aceitável a tese das diretas já para substituir o presidente Sarney. Campos afirmou que "em tese" é favorável ao mandato de cinco anos, pois o de quatro abre perspectiva muito próxima da sucessão ou reeleição, com toda sorte de abusos econômicos por parte do governo que, nesse período, também não tem tempo para desenvolver um programa de trabalho. Para o senador, o mandato de seis anos é cansativo, tanto para o governante quanto para os governados.

Ministro recomenda respeito pelo STM

"A Justiça Militar é o sustentáculo da instituição militar, em seu mais amplo sentido, pois permite, amparando rigidez ou incompreensões, a manutenção do binômio hierarquia e disciplina, institutos indispensáveis à existência das Forças Armadas." A afirmação é do ministro do Superior Tribunal Militar, almirante Raphael de Azevedo Branco, ao alertar os constituintes sobre a existência de "prelúdios desavizados, interesseiros ou demagógicos, no sentido de restringir-se a competência da Justiça Militar, não faltando até os inconseqüentes que apregoam sua extinção".

Em cerimônia ocorrida ontem no STM, o ministro Azevedo Branco fez no discurso de saudação ao novo membro da Corte, o almirante Luiz Leal Ferreira, a defesa da Justiça Militar contra uma minoria "ativa e ruidosa" que se aproveitaria da ocorrência dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para divulgar essa tese.

"Assim — complementou — é dever de todo aquele que acredita na Justiça Militar testemunhar sua pri-

mazia, o que ora faço, com orgulho por a ela servir."

Para o almirante Branco, que se encontra no STM na qualidade de juiz militar há cerca de três anos, "o escabado — tribunal misto — permite amalgamar os costumes militares, inculcados nos juizes oriundos das Forças Armadas, e os notórios saberes jurídicos trazidos pelos togados, formando um acervo de conhecimentos e experiências, uno e consistente".

Já o almirante Luiz Leal Ferreira, em seu discurso de posse, referiu-se "ao momento histórico de transitoriedade" em que assume o cargo de ministro militar. Alegando-se com as mudanças que certamente advirão da Assembleia Nacional Constituinte, o almirante Leal Ferreira não deixou, contudo, de igualmente observar que "os constituintes, a quem caberá a tarefa de erigir o alicerce maior do nosso ordenamento jurídico, também deverão ter em mente o ideal de Justiça, expectativa da Nação brasileira". E afirmou: "Mudam-se os homens, porém determinados valores subsistem perenes como as instituições às quais cabe preservá-los".

Aborto, assunto com propostas conflitantes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A primeira sugestão de legalização do aborto na futura Constituição foi apresentada ontem, pelo deputado Jamil Haddad (PSB-RJ), entre as mais de 150 propostas encaminhadas à Mesa da Constituinte. Na posição contrária está o deputado Chagas Duarte (PFL-RR), que propôs o aborto apenas terapêutico.

Em uma semana e meia, cerca de 800 sugestões já foram encaminhadas à Mesa que continuará recebendo propostas dos constituintes até o dia 23. Ontem, o senador José Inácio (PMDB-ES), 1º vice-presidente do Senado, avisou à secretaria-geral que está encaminhando 1.100 sugestões.

Entre as propostas de Jamil Haddad estão, ainda, a que torna crime a escuta telefônica clandestina e a que define a tortura como crime inafiançável e insuscetível de anistia. É também de sua autoria proposta que permite ao Estado "intervir, transitoriamente, na gestão de empresas privadas, para assegurar o interesse público e dos trabalhadores". Já o deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) apresentou sugestão que permite a qualquer cidadão o

acesso a fichários e arquivos mantidos pelo poder público, como o Serviço Nacional de Informações (SNI). O deputado Darci Pozza (PDS-RS) quer acabar com a obrigatoriedade do voto e o deputado Eraldo Trindade (PFL-AM) quer proibir que as Forças Armadas intervenham na vida política do País, vedando ao Exército, Marinha e Aeronáutica a vigilância da ordem interna, exceto em casos de conflito armado.

Lobby infantil

O salão negro do Congresso foi invadido, ontem, por dezenas de crianças das Aídeias SOS de Brasília, que foram pressionar os constituintes a incluir dispositivos de proteção à infância na nova Constituição. Elas chegaram cantando, cobertas por uma imensa bandeira do Brasil, e foram recepcionadas pelo senador Mauro Benevides, que representou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Movimentaram, ainda, os corretores da Constituinte os participantes do Congresso Nacional de Escolas Particulares, que foram de gabinete em gabinete dos parlamentares pedir a aprovação de reivindicações da categoria.

A escolha do relator-geral pode atrasar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A escolha do relator-geral da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte, pela bancada do PMDB, poderá ser adiada para amanhã, ou outro dia. O senador Fernando Henrique Cardoso (SP), após reunir-se com outro candidato, Pimenta da Veiga (MG), telefonou ontem à noite, ao líder Mário Covas, para reclamar do pouco tempo para articular sua candidatura.

Covas não se opõe ao adiamento, desde que Fernando Henrique tenha a concordância de Ulysses Guimarães e dos líderes dos demais partidos, pois o atraso implicaria, também, adiamento da instalação da Comissão de Sistematização. Bernardo Cabral (AM), o terceiro candidato, não estaria disposto a aceitar o retardamento da decisão na escolha do relator-geral.

Poderá acontecer que na reunião da bancada do PMDB, hoje pela manhã, seja solicitado o adiamento, para a deliberação da bancada. Se os líderes dos demais partidos concordarem, não haverá problemas. Fernando Henrique e Pimenta da Veiga querem mais tempo para trabalhar, mas tudo indica que o senador paulista irá desistir da disputa, passando a apoiar Pimenta da Veiga.

Se os líderes não concordarem com o adiamento, a escolha será definida hoje. Ontem à noite, Pimenta da Veiga teve uma longa reunião com Fernando Henrique Cardoso — que desde antontem não conseguiu conversar com Mário Covas —, na qual ele pretendia apoio para disputar apenas contra Bernardo Cabral, não tendo obtido o apoio. Fernando Henrique sugeriu ontem à tarde o adiamento da votação do relator, pela bancada, prevista para as 9 horas de hoje, mas não havia fechado essa posição, o que ele poderá sugerir hoje.

Bernardo Cabral, identificado como o preferido do líder Mário Covas e de setores do Palácio do Planalto, disse que não pode haver adiamentos, pois isso representaria apenas manobra de Pimenta da Veiga — que está disposto a concordar com o adiamento — para "garimpar" votos para a sua candidatura.



Além de Fidel, Sarney Filho quer ouvir também banqueiros

Deputado quer ouvir Fidel

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Sarney Filho (PFL-MA) quer que o primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, seja ouvido pela Constituinte sobre a dívida externa brasileira. "Precisamos ouvir personalidades ligadas ao setor, alguém vinculado aos bancos internacionais, o ministro da Economia do Peru, que quer limitar o pagamento dos juros da dívida externa de seu país a 10% das exportações, os ministros brasileiros da área econômica e outras personalidades do Terceiro Mundo, como o primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, Sim, o próprio Fidel. E por que não?" sugeriu o filho do presidente da República, logo após ter sido eleito a direção da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Constituinte.

O relator da subcomissão, João Herman (PMDB-SP), e o presidente, Roberto D'Ávila (PDT-RJ), concordaram com a proposta. "É, podemos ouvir o Fidel!" disse D'Ávila, que como jornalista entrevistou o líder cubano para a televisão. Ele sugeriu ainda que sejam chamados o presidente do Citibank (o maior credor do Brasil), o ex-chanceler Saraiva Guerreiro e outras personalidades, para um simpósio sobre a dívida. João Herman também quer que a nova Constituição torne obrigatório que todos os tratados internacionais firmados pelo Brasil passem primeiro

pelo Legislativo: "Se isso fosse feito antes não teríamos a dívida externa ilegítima que temos hoje". Sarney Filho sorriu, concordando.

Para primeiro vice-presidente da Subcomissão de Relações Internacionais foi eleito o senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC); para segundo vice, o deputado Antônio Ferreira (PFL-AL).

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias ficou sob a presidência do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE); o relator é o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ); o primeiro vice-presidente, Orlando Pacheco (PFL-SC); e o segundo vice, Ulidrico Pinto (PMDB-BA).

Para presidente da Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais foi eleito o deputado Antônio Mariz (PMDB-PB); para relator, o deputado Darci Pozza (PDS-RS); para primeiro vice-presidente, a deputada Lúcia Braga (PFL-BA); para segundo vice, Antônio Câmara (PMDB-RN). O relator Darci Pozza confessou ainda não estar familiarizado com o tema de sua subcomissão, mas prometeu ouvir seus colegas, "antes de elaborar qualquer plano de ação".

O presidente da Subcomissão dos Direitos Políticos, Maurílio Ferreira Lima, declarou que ela terá mais importância do que muitos imaginam, "pois vai regular a participação do cidadão no exercício do poder, acabando com o empregulismo", com a exigência constitucional do concurso público.